



Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e dois minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, conforme edital número cento e cinquenta e nove barra dois mil e vinte e três, arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4 a 6.

A Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7 a 9.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 14/2023 - Reunião ordinária de 07 de junho de 2023**
 - 2. Projeto da Ata n.º 15/2023 - Reunião ordinária de 21 de junho de 2023**
 - 3. Deliberação n.º 988/2023 – Proposta n.º 52/2023 – GAP – Adesão do Município de Setúbal ao Protocolo de Cooperação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., e a Área Metropolitana de Lisboa, no domínio da habitação**

4. **Deliberação n.º 989/2023 – Proposta n.º 53/2023 – GAP – Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à versão avançada da Plataforma ODSLocal**
5. **Deliberação n.º 990/2023 – Proposta n.º 54/2023 – GAP - Procedimento p/ Empreitada de “Equipamento e Ligação ao Sistema do Furo de Captação CBR4 do Faralhão” - Delegação de competências, no conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal**
6. **Deliberação n.º 991/2023 – Proposta n.º 55/2023 – GAP - Procedimento p/ Equipamento ligação sistema do furo Captação CBR7 de Pinhal Negreiros - Delegação de competências no conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**
7. **Deliberação n.º 992/2023 – Proposta n.º 56/2023 – GAP - “Reabilitação da Rede de Água e Saneamento na Avenida Luísa Todí – Rotunda das Fontainhas” - Delegação de competências no conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**
8. **Deliberação n.º 993/2023 – Proposta n.º 434/2023 – DAF/DICONT – 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
9. **Deliberação n.º 994/2023 – Proposta n.º 435/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento de cláusula de reversão de prédio urbano, sito em Rua Batalha do Viso, nº 239, da União de Freguesias de Setúbal**
10. **Deliberação n.º 995/2023 – Proposta n.º 436/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento de cláusula de reversão de prédio urbano, sito em Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 3.º-A, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
11. **Deliberação n.º 996/2023 – Proposta n.º 437/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Reposição do equilíbrio financeiro do contrato “aquisição de 5.000 ton. massas asfálticas quentes com inertes de basalto ou diorito” – Concurso público n.º 12/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP**
12. **Deliberação n.º 997/2023 – Proposta n.º 438/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência de área do domínio público municipal à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, para instalação e exploração de quiosque com esplanada aberta, em Quinta da Amizade, Setúbal**
13. **Deliberação n.º 998/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal da carreira não revista de Bombeiro Sapador, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.ºs 4 e 5, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho**
14. **Deliberação n.º 999/2023 – Proposta n.º 37/2023 – DEB/DIGEPE – Proposta de Apoio Financeiro à Academia de Dança Contemporânea de Setúbal**
15. **Deliberação n.º 1000/2023 – Proposta n.º 38/2023 – DEB/SEB – Feira do Livro e do Disco Políticos 2023 – Preço e venda de TOTE BAGS FEIRA de divulgação e publicidade ao evento**
16. **Deliberação n.º 1001/2023 – Proposta n.º 28/2023 – DOM/DIHAB – Protocolo de Cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Alberto dos Santos Pinto Leite**
17. **Deliberação n.º 1002/2023 – Proposta n.º 29/2023 – DOM/DIHAB – Protocolo de Cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Smyle Campos Ornela**
18. **Deliberação n.º 1003/2023 – Proposta n.º 30/2023 – DOM – Empreitada CPI 19/2022/DOM - “Requalificação do Bairro “Amarelo” na Bela Vista” -**

Aprovação do relatório final, decisão de adjudicação e aprovação das minutas dos contratos

19. **Deliberação n.º 1004/2023 – Proposta n.º 31/2023 – DOM – Empreitada CP 19/2023/DOM - "Reabilitação de passadeiras no Município - Passadeiras em pedra e redutores de velocidade no centro histórico de Setúbal" - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**
 20. **Deliberação n.º 1005/2023 – Proposta n.º 32/2023 – DOM – Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas das aldeias da Piedade, Portela e São Pedro – Libertação total da garantia**
 21. **Deliberação n.º 1006/2023 – Proposta n.º 132/2023 – DCDJ/DICUL – 1.ª edição "Luísa Todi - Festival de Canto Lírico" – Apoio financeiro Setúbal Voz**
 22. **Deliberação n.º 1007/2023 – Proposta n.º 133/2023 – DCDJ/DICUL – Teatro de Animação de Setúbal - Apoio financeiro extraordinário**
 23. **Deliberação n.º 1008/2023 – Proposta n.º 134/2023 – DCDJ/DISOC – Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas 2023 – Apoio financeiro**
 24. **Deliberação n.º 1009/2023 – Proposta n.º 135/2023 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2023**
 25. **Deliberação n.º 1010/2023 – Proposta n.º 266/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de armazém - Processo n.º 27/23**
 26. **Deliberação n.º 1011/2023 – Proposta n.º 267/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de conjunto industrial - Processo n.º 144/23**
 27. **Deliberação n.º 1012/2023 – Proposta n.º 268/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para realização de obras de alteração destinadas a instalação de abrigo para animais errantes - Processo n.º 266/21**
 28. **Deliberação n.º 1013/2023 – Proposta n.º 269/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para obras de edificação - Processo n.º 371/21**
 29. **Deliberação n.º 1014/2023 – Proposta n.º 270/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia, relativa á constituição de dois lotes para construção destinada ao uso habitacional - Processo n.º 46/22**
 30. **Deliberação n.º 1015/2023 – Proposta n.º 271/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 643/18**
 31. **Deliberação n.º 1016/2023 – Proposta n.º 272/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 402/21**
 32. **Deliberação n.º 1017/2023 – Proposta n.º 273/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença alteração em edifício habitacional - Processo n.º 121/22**
 33. **Deliberação n.º 1018/2023 – Proposta n.º 274/2023 – DURB/GAPRU – Indeferimento de pedido de ocupação da via pública - Processo n.º 198/23**
 34. **Deliberação n.º 1019/2023 – Proposta n.º 275/2023 – DURB/DIMOT – Projeto de Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Interface de Transportes de Setúbal**
- C) Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 11 e 12;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 13;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 14;
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Vereadora Rita Carvalho (GAVRC) e do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), relativos à emissão de alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 15 a 17.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Relativamente a um processo que estava no Departamento de Urbanismo, disse que foram contactados por um investidor que adquirira uma parcela de terreno na zona das Curvas. Segundo o investidor, há cerca de 8 meses, colocaram um pedido de informação prévia, ao qual ainda não obtiveram resposta. Falavam de um projeto para a construção de 120 frações habitacionais na cidade, que como todos reconheciam faziam falta ao concelho, parte das quais o investidor pretendia destinar a arrendamento acessível. Um projeto que em termos de taxas teria uma receita pela TRIU na ordem dos 800 mil euros, algo que faria falta ao município.

Segundo o investidor, havia uma pressão por parte do município no sentido de ser cedido pelo investidor, uma parcela de terreno para equipamento, que ele não manifestou interesse em ceder, que era uma parcela onde existia um campo pelado e informal de futebol. Questionou qual seria o ponto de situação daquele pedido.

De acordo com o investidor já tinha reunido com o senhor Presidente e a senhora Vereadora Rita Carvalho, que certamente teriam conhecimento do projeto de que falava. Questionou o porquê de haver uma demora e uma pressão tão significativa, para que a parcela a ceder fosse especificamente a parcela, onde estava o campo de futebol e não uma parcela dentro daquilo que era o plano de urbanização, que o senhor pretendia desenvolver e que ficava ao lado.

A segunda questão prendia-se com duas propostas votadas na reunião passada, que diziam respeito a um protocolo para a utilização do campo de futebol que existia nas instalações do Imapark e outro para o arrendamento de um espaço a que se convencionara chamar “Logradouro 3”.

Perceberam na última reunião que as referidas propostas dependiam de uma autorização por parte da locadora. O senhor Presidente assumira o compromisso de não concretizar nenhuma daquelas propostas, sem que essa autorização tivesse sido concedida, pelo que questionou se a autorização por parte da locadora já tinha sido concedida.

No que se referia ao “Logradouro 3”, os Vereadores do Partido Socialista foram visitar as instalações e ficaram com uma noção completamente diferente do estado de degradação em que aquele complexo se encontrava, um verdadeiro cenário de guerra, de profundo abandono, sujidade, um espaço que não servia a cidade, que não servia o fim a que se destinava, apesar do valor que lhes custou, para além do custo da intervenção que fosse feita.

Quando visitaram o referido espaço no dia 10, foram surpreendidos com a inauguração de um estabelecimento de comércio de alimentação e de bebidas, que precisava de um licenciamento específico e que tinha sido instalado no espaço do “Logradouro 3”.

Disse que não validaram em reunião de Câmara qualquer cedência do espaço para aquele fim, nem validaram a cedência de uma parte do espaço arrendado pelo “Sonho 21”. De acordo com aquilo que constava no contrato, o “Sonho 21” iria celebrar com o município, a partir do momento em que fosse dada autorização por parte da locadora.

Aquele contrato estipulava que a cedência do espaço dependeria sempre de uma autorização do município e não se recordava que o município não tivesse concedido alguma autorização, pelo que questionou se houve algum pedido de autorização e se o espaço estava licenciado para aquilo que era a utilização que estava naquele momento a ser dada.

Relativamente ao Imapark, disse que o seu gabinete solicitou variadíssima informação referente à utilização do espaço, por quem o utilizava desde o momento em que o município se tornou locatário do complexo, quais foram os títulos que permitiam essa utilização. Pediram inclusivamente cópia dos contratos, no entanto, já tinham decorrido algumas semanas, mas ainda não receberam nenhuma informação.

Pretendiam adicionar ao pedido, que iriam fazê-lo por escrito, o projeto de arquitetura que o município contratara em outubro de 2020, pelo qual pagou 54 mil euros para a revitalização e a alteração do antigo espaço do Imapark, o qual teria um período para conclusão de 12 meses, sendo que os mesmos terminaram há 2 anos, no entanto, o projeto não era conhecido, pelo que solicitavam o referido projeto com a restante documentação.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a melhoria das condições de abastecimento de água e saneamento das Pontes foi uma das prioridades destacadas pelo senhor Presidente.

No dia 21 de setembro de 2023 realizaram uma reunião em Pontes com os moradores, nessa reunião fora transmitido que, num prazo de 15 dias as obras de saneamento iriam arrancar, apontando para o dia 5 ou 6 de outubro, no entanto, foram informados que até à data não se vislumbrava nenhum arranque da obra entre a Pérola da Mourisca e o café Baía, pelo que pretendiam ser esclarecidos sobre a situação.

Disse que os bancos de madeira que se encontravam no PUA – Parque Urbano de Albarquel, na parte da relva, apodreceram e alguns já tinham as ferragens à vista, o que poderia ser perigoso para quem usufruía daquele espaço.

Referiu que alguns munícipes manifestaram a sua preocupação relativamente ao aqueduto junto à Praceta Maria Lamas, que tivera a oportunidade de verificar que se encontrava danificado na sua estrutura. Existiam exposições ao município sobre o tema, encaminhadas para o Departamento de Obras Municipais para o tratamento adequado. Pretendiam saber se estava prevista ou se já tinha sido feita alguma avaliação técnica ao local, uma vez que os moradores temiam o risco de colapso do monumento. No caso de não ter sido feito, solicitaram ao senhor Presidente atenção para a situação, cujas fotos, consideradas oportunas, poderiam fazer-lhe chegar.

Os moradores da Praceta Maria Lamas manifestaram o seu descontentamento com aquilo que consideravam ser uma lixeira, com entulho ONU e monos, junto aos contentores do lixo e ecopontos. Afirmavam que quem limpava o local despejava o lixo do contentor, mas não limpavam a zona envolvente que estava repleta de vidros no chão que era perigoso para os idosos, crianças e animais que frequentam o local.

Referiu a situação referente à acessibilidade e segurança de municípios há muito prometida, mas que permanecia por concretizar há vários anos, a criação do passeio inexistente na estrada M 542, estrada principal de Algeruz que ligava as várias urbanizações, em concreto a

Quinta da Amizade à zona do Sucateiro e ao Lidl, que permitiria a circulação em segurança de quem por força das circunstâncias necessitava de se deslocar a pé, de bicicleta ou de trotineta. Até à data era impossível, sendo fundamental um acesso digno que fizesse a ligação da Quinta da Amizade ao Sucateiro para evitar uma tragédia. Questionou para quando a concretização daquela obra considerada prioritária, cuja prioridade continuava por cumprir.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que tinham recebido através de alguns munícipes o pedido para fazerem em reunião de câmara, sobre o ponto de situação relativamente às obras na Rua de São Gonçalo. A estrada estava cortada há alguns meses, sem que pudessem observar qualquer sinal de resolução e que o desvio não era um percurso fácil, já tinha havido o envio de algumas cartas para a Junta de Freguesia de Azeitão, corria petições, pelo que pretendiam perceber qual era o ponto de situação daquela obra, para que os municípios tivessem alguma resposta.

Disse que lhes tinham chegado imensas queixas de munícipes relativamente à circulação dos autocarros. As queixas eram generalizadas no que referia ao incumprimento de horários e de percursos, em particular sobressaía o autocarro 4512, sendo que o seu itinerário era completamente desadequado e não o que estava previsto. Convinha verificar aquela situação e perceber o que estava a acontecer. Disse que existiam muitos autocarros vazios a circularem na cidade, não se conseguia perceber o que estava a acontecer com as rotas.

Disse que lhes tinha chegado uma denuncia relativamente a umas ruturas de água, nomeadamente no Vale da rasca e em Azeitão, na Rua do Olivalinho, sendo que a situação era incompreensível, porque tinha havido um desperdício de água bastante grande, pelo que pretendiam perceber qual seria o ponto de situação.

Sr. Vereador Fernando José – Disse ter 6 a 7 perguntas simples e pragmáticas, para respostas que esperava que também fossem simples e objetivas.

Questionou sobre o ponto de situação do SIADAP, se correspondia ou não à verdade que existiam trabalhadores que, naquele momento, não tivessem sido reposicionados nas carreiras, não progrediram, não tiveram valorização salarial por força de um atraso naquele processo de avaliação.

Disse que os Vereadores do Partido Socialista levantaram a questão sobre a estrada de Palmela estar a abater, houve uma intervenção por parte da Câmara Municipal, mas a estrada estava novamente a abater.

Questionou sobre o que se passava e para quando uma resolução para aquele problema que afetava quem circulava naquela estrada.

Disse que tinham decorridos meses, mas as passadeiras continuavam por pintar. Conheciam o milagre do pão que se transformara em rosas, conheciam o milagre da água que se transformara em vinho, não conheciam o milagre da água que se transformava em tinta, tal como tinha sido referido por um perito na matéria, na última assembleia de freguesia da União de Freguesias de Setúbal, que terá dito que a água iria resolver o problema.

Na realidade, a água não resolvia o problema em passadeiras onde não existia tinta, se não fossem pintadas não voltariam a estar visíveis aos peões e aos automobilistas.

Questionou o senhor Presidente para quando a resolução daquele problema.

Relativamente à Rua Nova da Jardía em Brejos de Azeitão, disse que as chuvas dos últimos dias tornaram aquela estrada cada vez mais intransitável, sendo um problema que se arrastava há demasiado tempo. Começaram por fazer uma intervenção, mas naquele momento encontrava-se parada, há meses que não se viam trabalhadores da empresa a fazer qualquer tipo de intervenção.

Questionou o senhor Presidente, para quando a conclusão da obra na Rua Nova da Jardía e também na Rua da Padaria.

No que se referia à Rua de São Gonçalo, não iriam questionar para quando iria terminar essa obra, porque o senhor Presidente já lhes garantiu que ela iria terminar no final do mês de

outubro, no entanto, não acreditavam e achavam que a mesma se iria prolongar por mais alguns meses.

Na altura, sugeriram que a via alternativa tivesse uma intervenção por parte dos serviços da câmara, explicaram numa forma muito pragmática, muito assertiva, que seria importante, face às dificuldades que os automobilistas verificaram naquela via alternativa, colocando uma gravilha, fazendo uma intervenção para minimizar os problemas e nada tinha sido feito, os meses decorreram e aquela via estava intransitável, era uma vergonha.

Naquele momento, o trânsito ficava caótico, porque ninguém conseguia por ali passar, tendo como alternativa as vias principais, dificultando o trânsito de quem tinha de se deslocar todos os dias, afetando os moradores de Brejos de Azeitão. Aquela situação poderia estar resolvida com uma intervenção simples.

Disse que tiveram conhecimento que os condomínios pagavam à Câmara Municipal de Setúbal uma taxa para a inspeção periódica dos elevadores. Daquilo que tinham conhecimento, aquelas inspeções não foram realizadas, o pagamento era feito, mas a inspeção não era realizada, pelo que pretendiam obter a confirmação da parte do senhor Presidente se a informação que tiveram estaria correta e qual a razão pelo facto de estarem a ser pagas as taxas e o serviço não estar a ser cumprido, sendo que o mesmo era contratualizado pela Câmara Municipal de Setúbal em “*outsourcing*”, pelo que os Vereadores do Partido Socialista gostariam de saber o porquê daquela situação não estar a ser cumprida. Disse que o município se encontrava em estado de abandono e de descuido para com os bairros, e não se lembravam nos últimos 30 anos de verificar um estado de tal forma no município de Setúbal, para além de terem levado já dois anos de mandato perdido. Disse que assistiram a um enorme descuido naquilo que estaria relacionado com o cuidado dos bairros de Setúbal.

Referiu que o cheiro nos contentores era de tal ordem que já não conseguiam chegar perto dos contentores. Questionou, por que razão não existia uma lavagem dos contentores um pouco por toda a cidade, algo que tinha sido relatado aos vereadores do Partido Socialista. Disse ser importante a Câmara Municipal de Setúbal revisse aquele procedimento e começasse com a lavagem dos contentores.

Disse que verificaram “*in loco*”, aquando da visita à Escola Básica 2/3 e Secundária Lima de Freitas, as quais tiveram de encerrar, porque existia uma rutura que tinha dificuldades em ser reparada, para além das dificuldades criadas aos vários moradores na zona do Viso e da Reboreda que tiveram dificuldades no abastecimento de água.

Referiu que gostariam de obter um esclarecimento por parte do senhor Presidente ou do senhor Vereador Carlos Rabaçal, porque seria importante para os setubalenses perceberem o que estaria a acontecer com aquela interrupção de água.

Questionou se não haveria uma forma de a Câmara Municipal tentar minimizar o impacto daquelas situações, uma vez que alguns dos moradores estiveram dois dias sem acesso a abastecimento de água, sabendo que para a escola seria difícil fazer chegar uns jerricans com água, uma vez que se tratavam de mais de 900 alunos e seria complicado a utilização das casas de banho, mas para os moradores, questionou se haveria a possibilidade através dos serviços da Câmara Municipal fazerem chegar contentores com água para que pudessem minimizar aquele problema, que estando localizado no espaço e no tempo afetaria obviamente quem precisava todos os dias de água.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou o senhor Vereador Joel Marques, relativamente ao processo que corria no Departamento de Urbanismo, que era um pedido de informação prévia, para ocupação de uma parcela, entre outras coisas, com 120 frações habitacionais. Não entrando, em pormenores técnicos, disse que aquele processo foi muito acompanhado pelo Departamento de Urbanismo e também por ela própria, uma vez que já tivera várias reuniões com o promotor e com a equipa técnica. Houve uma explicação por parte dos serviços junto da equipa técnica, tratava-se de questões que deveriam ser salvaguardadas e respondidas. A Câmara tinha o entendimento que, no decurso daquela operação urbanística, deveria ser cedido aquilo que era uma área de equipamento que tinha utilização há décadas e

que fazia parte daquela parcela e de uma parcela contígua, devendo ficar resolvida naquele processo.

O promotor apresentara, no âmbito do loteamento, a cedência de outra área para equipamento que não lhe parecia aceitável e a Câmara era discricionária naquilo que era a sua exigência das parcelas que eram cedidas para o seu património, o que nem sempre fora. Atualmente tinham parcelas de equipamento que não tinham nenhuma condições de equipamento, tinham parcelas de espaços verdes que não tinham condições de construção de espaços verdes. Por outro lado, a proposta não cumpria o PDM em vigor, não podendo ser aprovada pelo referido incumprimento.

Disse que não fazia sentido ter uma abordagem demasiado técnica sobre o assunto e com grandes pormenores sobre o assunto, mas estaria completamente disponível para falar com os Vereadores, para perceberem, em concreto, as questões que estavam em causa.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu, no caso de a proposta não cumprir o PDM em vigor, a resposta resultaria num parecer negativo sobre o PIP. A questão era que naquele momento não existia parecer, conforme lhe tinha sido transmitido. Tratando-se de um caso que era um caso particular e para não tomarem o tempo da reunião, disse que gostaria de ter acesso ao processo e através do gabinete de apoio aos Vereadores do Partido Socialista, os quais iriam agendar uma hora para poderem conversar, avaliar e terem acesso a toda informação.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que o PIP não foi ainda indeferido, porque dos diversos entendimentos e conversas com o proprietário e a equipa técnica, consideravam que haveria forma de resolução e antes de chegarem ao indeferimento estariam na tentativa de daquele entendimento, o parecia-lhes ser muito mais consequente e interessante para todos. No que se referia à carreira 4512, disse que não tinham nenhum registo ou nenhuma reclamação, tratava-se da carreira que fazia o circuito entre Setúbal e Alcochete, sendo a carreira que atravessava o município de Setúbal e tinha mais utilização, tratando-se de uma das carreiras do lote 4 mais utilizada.

Disse que iriam solicitar a verificação não só das reclamações existentes na empresa que fazia a gestão da operação, a TML, como também da verificação do cumprimento dos horários e dos percursos.

Sobre a questão relativa à inspeção dos elevadores, disse que não ficou certa da questão que era colocada, no entanto, era responsabilidade dos condomínios garantir que haveria uma inspeção periódica dos elevadores, sendo que os mesmos poderiam recorrer a empresas privadas para o fazer ou pedirem à Câmara, que aquele pedido estaria sujeito a um pagamento de uma taxa e a Câmara depois contratava o serviço para fazer essa verificação.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que face àquele esclarecimento prestado pela senhora Vereadora Rita Carvalho, os Vereadores do Partido Socialista requeriam uma listagem dos pagamentos feitos nos últimos três anos e das vistorias feitas pela empresa contratualizada pela Câmara Municipal de Setúbal.

Sra. Vice-Presidente – Relativamente à questão do SIADAP, disse estarem em desenvolvimento do processo de SIADAP, como acontecia em todas as entidades públicas naquele ano. Os trabalhadores iriam ter direito ao reposicionamento por via dos pontos, para alteração da sua posição remuneratória pela via obrigatória. Os trabalhadores quando faziam um determinado número de pontos passavam para a posição remuneratória seguinte.

Aquilo era o que iria acontecer aos trabalhadores da Câmara que tivessem esses requisitos, pago com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2023.

Naquele momento, estavam em fase de homologação, de tomada de conhecimento das avaliações, em breve seria marcado um CCA para poderem analisar eventuais reclamações de trabalhadores relativamente à sua avaliação.

Tratava-se de um processo extremamente complexo, moroso e extremamente injusto, porque havia trabalhadores em certas carreiras que precisariam de uma vida e mais outra para chegarem ao topo da sua carreira.

Tendo em conta aquela questão, a Câmara Municipal, para o ano de 2023, aprovara um valor para opção gestonária, o que significava que para além dos trabalhadores que conseguiram coletar ao longo daquele tempo os pontos devidos para alteração da posição remuneratória, destinaram uma verba de 250 mil euros para poder chegar a mais trabalhadores, para poderem melhorar as condições económicas daqueles trabalhadores, que de outra via teriam de esperar mais anos por alcançarem o reposicionamento.

Disse que foi uma excelente decisão da Câmara Municipal poderem ter uma verba para irem além daquilo que eram as exigências do SIADAP, aquilo que eram as condicionantes do SIADAP, sendo certo que teriam trabalhadores de muito valor e que era muito injusto que apenas pudessem valorizar 25% daqueles trabalhadores com menções de avaliação mais elevadas, deixando a maioria dos trabalhadores apenas com um ponto por ano, o que levava a terem que fazer vários anos para poderem ver alterada a sua posição remuneratória. Todos aqueles valores iriam ser pagos no mês de dezembro com efeitos ao dia 1 de janeiro de 2023.

No ciclo avaliativo anterior também tinha sido feito daquela forma. Em 2023, ainda para complicar um pouco mais a situação, iriam ter de contabilizar todos os pontos dos cerca de 536 trabalhadores que vieram das escolas, já cabendo à Câmara Municipal fazer a alteração da posição remuneratória e, também, os trabalhadores seriam incluídos no processo de opção gestonária.

Reunira com o Departamento de Educação na sexta-feira anterior com a antiga empresa Parque Escolar, reunião solicitada há já algum tempo, tendo a mesma sido realizado no dia 20 outubro e por coincidência, aconteceu na quinta-feira, o estabelecimento de ensino estar encerrado. Para além daquelas questões que eram muito importantes, porque seria muito difícil aquelas instalações sobreviverem ao atual inverno, informaram-lhes que tinha sido previsto lançar uma empreitada já há algum tempo, porque a escola tinha problemas a nível do ginásio, que não tinha sido intervencionado na parte em que foi todo o edifício.

A escola tinha no ginásio problemas graves com o bicho da madeira e depois começou por ter aquelas infiltrações decorrentes de uma obra de um campo de futebol feito num piso superior. Aquela situação já tinha sido sinalizada há mais de três anos e de acordo como senhor administrador, ainda estariam a fazer a revisão do projeto. Significava que nunca as obras estariam concluídas naquele inverno, sendo que o ano passado lhes tinham transmitido a mesma informação, tendo passado um inverno na expectativa que a situação fosse regularizada no verão e souberam que nem sequer tinha aberto concurso para adjudicação da obra.

Referiu que outra das preocupações estaria relacionada com a sua manutenção.

Aquela escola não foi transferida para a Câmara por essa razão, a sua manutenção continuava a pertencer à Parque Escolar, mas aquilo que as direções das escolas informaram era que há mais de um ano que não havia técnico de manutenção, logo não havia manutenção em nenhuma daquelas escolas, o que era deveras preocupante.

No âmbito da transferência de competências, eram responsáveis pela questão do serviço de refeições, tendo preocupações relativamente aos equipamentos que eram propriedade da empresa Parque Escolar, que terá mudado de nome.

Aquilo foi consequência da decisão tomada há mais de uma década, no sentido de se transferir competências do Ministério da Educação para uma empresa privada. Passados 15 anos estavam os alunos, professores e auxiliares a sofrer as consequências, porque diariamente tinham que trabalhar naquelas escolas.

Disse deixar a todos os Vereadores e ao senhor Presidente, aquela enorme preocupação relativamente a um inverno, que provavelmente seria rigoroso para as condições daquela escola e de todas as escolas transferidas para o município.

Alertou para o grave estado em que se encontrava a Escola Barbosa do Bocage, de tal maneira que no dia anterior, o Conselho Geral decidira mais uma vez informar o senhor

Ministro daquilo que eram as condições daquela escola, uma vez que a escola estava num processo de abatimento, sendo que tiveram que encerrar algumas daquelas instalações. Aquelas escolas foram transferidas sem quaisquer condições, representando um grande risco e era preciso agir muito rapidamente para que não acontecesse nenhuma situação que mais tarde lamentassem.

Sr. Vereador Fernando José – Relativamente à última questão levantada pelas escolas, os Vereadores do Partido Socialista, no âmbito das jornadas de proximidade, faziam um roteiro por todas as escolas e no final daquelas visitas, que se previam que estivessem concluídas na próxima semana, iriam tomar uma posição sobre a requalificação, o financiamento, aquilo que era responsabilidade da Administração Central, aquilo que era a responsabilidade da Administração Local, que teriam a oportunidade de discutir em reunião de Câmara.

Sendo um pouco mais rigoroso relativamente àquilo que acontecera na Escola Sebastião da Gama disse ter três problemas estruturais e que não representavam a globalidade da escola. Tinha um problema de infiltrações na biblioteca, um problema de infiltrações na cantina, relacionado com o desfaseamento das placas do campo de jogos que fazia com que existisse infiltração e tinha um problema no pavilhão, que era o projeto que estava em fase de revisão e que nada tinha a ver com a questão das infiltrações.

A questão tinha a ver com o facto de a empreitada ter ficado deserta da forma como foi lançada. Naquele momento, a informação que tinham era de que a empreitada iria ser lançada em conjunto para ser mais apetecível, no que se referia à questão da requalificação do pavilhão e a resolução dos problemas de infiltração.

Disse que estaria também a ser tratada e que não tinha apenas a ver com aquela escola, mas também com a Escola Básica 2/3 e Secundária Lima de Freitas e também com a Escola Secundária de Dom João II, embora fosse aquela a escola que tivesse mais problemas.

A outra solução encontrada passava por um piquete de intervenção rápida, cujo concurso seria lançado ainda durante o mês de outubro/novembro, conforme informação prestada. Um piquete de intervenção rápida para aquele tipo de problemas que tiveram na quinta-feira passada, seria também lançado um concurso em termos de um técnico de manutenção para acompanhar aqueles processos da Escola Sebastião da Gama e também nas outras 2 escolas do então Parque Escolar. Disse que iriam ficar atentos e a acompanhar todo aquele processo. Pretendiam que fossem encontradas respostas e que os problemas fossem encarados. Todos dissessem o mesmo sobre os problemas que iam aparecendo e as respostas que eram dadas.

Referiu que quanto à matéria do SIADAP não poderiam estar mais de acordo e nunca o esconderam, sendo que se tratava de um processo de avaliação injusto, desadequado e desajustado na Administração Pública. Sempre o dissera e não iria ter uma opinião diferente, sendo que acompanhavam a opinião generalizada daquela injustiça por parte da senhora Vice-Presidente, não podendo ficar indiferentes à injustiça que representava um atraso naquele processo de avaliação.

Obviamente que nenhum trabalhador deixaria de ser reposicionado, mas trazia injustiça, porque estavam em outubro e os trabalhadores já deveriam ter aquela valorização salarial, indo tê-la com retroativos e ao terem essa valorização com retroativos iriam ser penalizados, porque iriam receber um bolo que iria ter um impacto ao nível do IRS.

Confirmava-se o atraso e a penalização dos trabalhadores que não tinham ainda o que lhes era devido, a valorização salarial por força do reposicionamento.

Disse que aquele processo de avaliação na Administração Pública era revisto, tal como as progressões na carreira.

A senhora Vereadora sabia que existia um processo negocial entre os sindicatos e o Governo, certamente que não seria aquilo que pretendiam, mas seria um avanço relativamente à progressão dos trabalhadores da Administração Pública com alguns aceleradores naquela mesma progressão.

Sra. Vice-Presidente – Disse ser preciso esclarecer que não haveria nenhuma penalização para nenhum trabalhador. Como o senhor Vereador sabia, o IRS era um imposto que tinha uma taxa e esse valor da taxa não se alterava tendo em conta aquilo que a pessoa recebia. Por essa razão, as pessoas entregavam o seu IRS e aquele acerto era feito, pelo que não deveria dizer que iria haver uma penalização para os trabalhadores, porque não haveria absolutamente nenhuma penalização para os trabalhadores.

A penalização iria haver quando no próximo ano, os trabalhadores colocassem o papel do IRS e fossem ver aquilo que andaram a dizer ao longo do ano que as taxas não iriam ser mais baixas, porque aquilo que iriam receber de reembolso iria ser praticamente zero e iriam perceber qual foi a verdadeira penalização.

Disse que ficou bem claro que iriam passar mais um inverno sem que aqueles problemas fossem resolvidos e que parecia ser perfeitamente “justificável” que as escolas da Parque Escolar há mais de um ano não tivessem um técnico de manutenção e não tivessem manutenção. Achava que era uma coisa perfeitamente “justificável” e que qualquer um conseguia compreender aquela situação.

Na realidade, não conseguia compreender aquela situação e estava certa de que a comunidade escolar e educativa também não conseguia compreender.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que relativamente ao aqueduto da Praceta Maria Lamas estaria a ser avaliado pelo DOM sobre o risco da situação, posteriormente diriam alguma coisa em relação ao aqueduto.

Relativamente ao passeio de Algeruz disse existir um projeto para aquela obra, estando a avaliar financeiramente o seu lançamento, não havendo prazo de obra.

Em relação à obra de São Gonçalo/Salmouro, de acordo com indicação do empreiteiro, terminaria no dia 15 de novembro e não no dia 30 de outubro, devido às chuvas. A situação ali criada resultava de um empreiteiro que trabalhava mal.

Fazia parte da empreitada tratar dos caminhos alternativos, eles não trataram e teve de ser a Câmara a alisar o caminho alternativo porque a chuva complicara em muito a situação e iriam em sede de empreitada avaliar do ponto de vista financeiro o trabalho não realizado pelo empreiteiro que seria obrigatório realizar.

Relativamente ao abatimento na estrada de Palmela iria ver o que se estaria a passar, uma vez que houve uma intervenção de correção.

Relativamente à Rua Nova da Jardía e Rua da Padaria era também uma preocupação da câmara, que estariam a agir em conformidade, mas pensava que quem colocara a questão da Rua da Jardía e Rua da Padaria também colocasse a Rua da Revolução, Rua dos Camponeses, Rua da Verdade, Rua da Tradição, Rua dos Morangos, Rua do Kimbo, Rua da Silveira, Rua Luísa Todi em Pinhal de Negreiros, Rua do Pinhão e outras ruas que, entretanto, foram intervencionadas e que estavam corrigidas, a par de outras ruas que iriam ser intervencionadas no quadro de uma obra grande, que era desenvolvida para substituição do sistema de abastecimento de água, que depois resultaria também em 14 ou 15 ruas, numa repavimentação e num tratamento das mesmas.

Naquela zona de Azeitão, havia uma intervenção muito forte do ponto de vista de intervenção pública em arruamentos, no sentido de corrigir situações que era necessário intervir.

Disse estar em preparação uma obra na Rua da Padaria, com o projeto feito, assim como estaria lançada uma obra na Rua da Nova Jardía e também preparavam uma intervenção na Rua da Mata, tendo em conta o estado do piso, sendo muito difícil transitar em viaturas automóveis. Também era preparado um projeto para a Rua de São Gonçalo, de cerca de dois quilómetros, desde a Nacional 10 até ao interior de São Gonçalo e também era elaborado um projeto de requalificação de toda a Rua da Escola Brejos Clérigo que iria ficar associada a uma intervenção do Serviços Municipalizados estando relacionado com a nova adutora de abastecimento de água de Pinhal Negreiros para a Bassaqueira, implicando uma intervenção de grande dimensão na Rua da Escola de Brejos Clérigo.

Relativamente ao abastecimento de água, disse que receberam todos os sistemas de abastecimento de água e de saneamento da parte da Águas do Sado num estado lastimável.

Tirando as obras nova feitas pelo município, a situação era muito difícil no conjunto dos sistemas.

Disse que receberam a informação da Simarsul que para pôr a ETAR a funcionar em condições teriam de investir cerca de 15 milhões de euros. Teriam que investir qualquer coisa como 20 a 30 milhões de euros nos sistemas em alta para colocá-los em condições. Significava muitos anos de investimento reduzido e que tinham responsabilidades concretas, que teriam de ser atribuídas na hora certa, explicando em pormenor onde é que estivera o dinheiro e a falta dele para fazer aquelas obras.

Disse que relativamente ao sistema de água tinham também uma situação bastante complexa, tinham adutoras muito envelhecidas, levando a várias ruturas, algumas de menor impacto, mas existiam situações que tinham impacto mais relevante.

Recentemente, a rutura que tiveram de impacto mais relevante foi na conduta do Carrascal, dando problemas no Viso e em toda aquela zona da cidade. Tratava-se de uma conduta de grande importância que não era substituível por nenhum outro abastecimento de água e que obrigou os trabalhadores a fazer 24 horas de trabalho consecutivos para a sua reparação.

A conduta do Carrascal tivera duas intervenções de substituição do fibrocimento, faltando ainda dois troços, sendo o troço mais grave aquele que tivera as ruturas, um troço que iria da Rua de Marrocos até quase ao Casarão. Disse que lançaram já a empreitada para resolver a situação.

Durante o ano de 2023 pelas vicissitudes próprias da instalação dos Serviços Municipalizados começaram a receber contributos financeiros decorrentes da operação em julho e outubro, não tiveram tempo de lançar algumas obras relevantes naquele período, entre julho e agora, mas o ano 2024 iriam fazer uma proposta de investimentos de grande dimensão no sistema de drenagem e sobretudo no sistema de abastecimento de água nas diferentes redes. Naquela manhã, um trabalhador que se referira ao trabalho realizado pela equipa que estivera toda a noite a trabalhar a 3 metros de profundidade em valas, dissera que foi um trabalho extraordinário desses trabalhadores e da equipa, tendo feito um trabalho em 24 horas, com chuva e numa vala de 3 metros de profundidade, coisa que não tinha sido feito em 25 anos de gestão da Águas do Sado.

Disse ser importante que fosse compreendido aquela situação por toda a Câmara e também fosse compreendido pela população. As coisas avançaram, os trabalhadores tiveram de fazer muitas horas seguidas, porque deixaram as equipas depauperadas ao terem saído 65 trabalhadores nos últimos 5 anos da Águas do Sado e não entraram novos trabalhadores.

Fizeram recentemente um concurso para 35 funcionários com reserva de recrutamento, eventualmente iriam entrar 45 a 50 trabalhadores, porque as equipas estavam muito fragilizadas, com muito pouca gente e precisavam de ser reforçadas, assim como o reforço nos equipamentos de intervenção com retroescavadoras. Fizeram um esforço muito grande para colmatar a herança que lhes fora deixado, tendo revelado um certo abandono na intervenção de requalificação e manutenção dos sistemas nos últimos anos, criando-lhes algumas dificuldades.

As ruturas estavam enquadradas naquela matéria e aquilo que faziam era tentar garantir que não houvesse falhas e que qualquer situação fosse resolvida o mais depressa possível, sendo mais rápido a resolver, tendo mais meios e mais recursos para prestar um serviço de melhor qualidade e refazer o sistema que era necessário fazer, pelo que precisariam de 6 anos, no máximo 10 anos, para refazer todo o sistema, o que implicaria um grande investimento e muito trabalho.

Relativamente aos contentores de lixo e à sua lavagem, disse que tiveram um período que coincidira com o verão em que não houve praticamente lavagem de contentores de lixo, por duas razões. Abriam um procedimento para comprar contentores porque não havia contentores de substituição, logo não se poderia tirar para lavar, porque se tirassem para lavar não haveria onde colocar o lixo. Também tiveram um problema com a empresa de lavagem de contentores e tiveram que anular o contrato com a referida empresa e entregar à empresa que estava em segundo lugar, porque a primeira empresa não cumprira. Todo aquele processo apanhara o verão no seu momento mais grave.

No entanto, o problema dos contentores, não era só a lavagem, mas o não sujar. Disse que fizeram vários planos de ação para imediato, um deles estaria relacionado com os resíduos da restauração, aqueles que mais criavam mau cheiro, sobretudo nas grandes zonas de maior concentração de restaurantes. Decidiram iniciar um processo de trabalho, indo reunir com todos os restaurantes, criando um projeto-piloto que envolvia a Av. Luísa Todi, Av. José Mourinho, toda a Fonte Nova e zona das Fontainhas, fazendo uma recolha de resíduos orgânicos da restauração porta a porta, para evitar que os mesmos fossem colocados nos contentores coletivos, criando assim condições de maior estabilidade desses contentores no que respeitava ao enchimento, cheiro e lavagem.

Referiu que junto às Finanças, nas Fontainhas, tinham uma situação prolongada no tempo de deposição de resíduos alimentares de uma forma defeituosa que lhes iria obrigar a levantar a calçada e substituí-la na totalidade, porque já não tinha capacidade de ser lavado.

Tratava-se de não acusar a restauração, mas de auxiliar a restauração a encontrar a melhor solução para o depósito dos resíduos orgânicos. Disse trabalharem numa lógica de colaboração com os diretamente interessados, porque os primeiros interessados, os restaurantes, pretendiam que as zonas de deposição de resíduos estivessem limpas, em bom estado e que estivessem sem maus cheiros. Em novembro iriam iniciar uma série de reuniões e iriam estabelecer essa lógica de trabalho. A nova empresa de lavagem começou na semana passada com as chuvas, tendo iniciado a lavagem dos contentores de uma forma correta, quer os enterrados, quer os superficiais, embora não estivesse a cumprir integralmente com o contratado.

Disse que ativaram uma central de lavagem de contentores a quente em Poçoilos, onde iriam rentabilizar com novos trabalhadores a nova central, fazendo uma lavagem de cerca de 100 contentores de 800 litros diariamente. Disse que tomaram medidas para qualificar a limpeza na cidade, para garantir que a cidade não tivesse pontos de sujidade e para garantir que a cidade ficasse cada vez mais limpa e mais sustentável.

A questão colocada era a correta, porque houve uma situação de falência das lavagens, no entanto, queriam dar nota de que tomaram medidas muito sérias e muito consistentes para atacar o problema, para além de outros problemas associados à recolha de resíduos, que depois poderia numa outra reunião em sede de informação dos projetos que tinham em curso e que lançaram poder informar a Câmara em pormenor de todos aqueles projetos.

Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz que as obras de saneamento na zona das Pontes já tinham iniciado. Tinha sido montado o estaleiro na semana anterior, tendo iniciado a primeira fase da obra passada e a segunda fase estava em procedimento e começar colada à primeira fase. A primeira fase era por um período de 90 dias, sendo que a segunda fase pegaria no fim da primeira fase, seria um trabalho contínuo daquela intervenção. Quando concluíssem a terceira fase seriam eliminadas cerca de 290 fossas, ficando de fora 23 fossas, que eventualmente teriam de encontrar uma solução própria para aquelas situações residuais.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a obra começou de modo invisível, porque ainda tinha recentemente sido contactada por moradores que lhe colocaram a questão, tendo-lhe sido dito que entre a Pérola da Mourisca e o café Baía não se vislumbravam nada de obras.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se tratava de uma obra de grande dimensão e que poderia estar a decorrer noutra zona. A obra começava quando se montava o estaleiro e não quando se abriam valas, o estaleiro estava montado, significa que a obra arrancou. A duração da obra era de 90 dias de tempo de contrato e depois prolongar-se-ia. Foi um compromisso assumido num plenário de moradores. Referiu que para a segunda fase já tinha sido lançado o concurso e pretendiam garantir que a obra não parasse, sendo muito importante e muito desejada, tendo havido um compromisso muito firme do senhor Presidente da Câmara com os moradores daquela zona que aquela obra fosse concluída.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tiveram imagens recentes de alagamento em diversas salas e no ginásio na Escola Sebastião da Gama, sendo tempo daqueles temas deixaram de ser arma de arremesso político e serem resolvidos para bem dos utilizadores. O amor à escola e à educação não poderia ser apenas um conteúdo programático, mas um conteúdo efetivo.

Sabiam existirem diversas responsabilidades, mesmo sendo partilhadas entre o Governo, Parque Escolar e eventualmente o município, no entanto, teriam de dar uma solução rápida àqueles temas, porque os edifícios que eram para utilização, fruição dos alunos e dos professores deveriam estar nas melhores condições, para serem um país da União Europeia com capacidade de dar qualidade de ensino a todos os alunos.

Disse pretenderem deixar um pouco a imagem que davam da cidade, não só aos setubalenses e azeitonenses, mas também a quem os visitava. Haveria que olhar para o problema da Av. dos Ciprestes e dar-lhe uma resolução. Disse que colocara a questão no mandato anterior, na Assembleia Municipal e a anterior presidente terá dito que a situação estaria relacionada com a expropriação de um edifício explorado por uma florista, que faria com que a situação não pudesse ser resolvida.

Não poderiam estar à espera de que a Câmara tomasse posse de um edifício, que eventualmente o edifício caísse na ruína ou deixa-se de ter utilização comercial, para resolver um problema de uma via de grande tráfego que, naquele momento, tinha apenas uma faixa de rodagem, sendo útil para todos que pudesse funcionar devidamente por forma a escoar o trânsito para sair da cidade e para a circulação na própria cidade. Seria fundamental que houvesse uma solução, porque em termos de imagem era um pouco degradante, uma vez que se tratava de uma das vias mais importantes da cidade de maior circulação.

Existiam lugares de estacionamento marcados, mas o asfalto e os buracos que se encontravam nessa via não eram dignos de uma avenida, porque quase que era uma azinhaga do que uma avenida. Para darem dignidade às coisas, e naquele caso àquilo que era uma das funções primordiais de uma Câmara Municipal que seria o tratamento daqueles aspetos. Disse ser urgente que fosse apresentado uma solução para aquela via, por forma a deixar de estar num estado miserável em que se encontrava naquele momento.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou o senhor Vereador Paulo Calado que em relação à Av. dos Ciprestes, Av. de Moçambique e Av. Henrique Cabeçadas tinha sido aprovado um empréstimo em reunião de Câmara, em que estavam integradas as três vias, tratando-se de obras que arrancariam no próximo ano.

Disse que os projetos estavam prontos, no entanto, faltava chegar o financiamento para poderem arrancar com as obras, tratava-se de projetos interessantes. A Av. Henrique Cabeçadas estaria associada à reformulação da escola, cuja entrada iria ser feita pelas atuais traseiras, estando associada a um parque de estacionamento de rebatimento que iria ser feito em frente à escola.

Relativamente à questão da florista, disse que se tratava de um processo que a Câmara tivera que se envolver, a Câmara tomara posse da referida habitação, alugando um espaço para a florista, onde o referido espaço que se encontrava no meio da via iria ser demolido, sendo requalificado outro espaço atrás daquele, permitindo o regresso da florista, ficando a funcionar onde sempre funcionara e a avenida ganharia toda a sua dimensão. Para aquele eixo iriam ter uma intervenção muito forte, o qual iria avançar rapidamente, indo ao encontro da preocupação e da urgência colocada pelo senhor vereador Paulo Calado.

Sr. Presidente – Disse, tal como se comprometeu na última reunião de Câmara, não seria dado andamento àqueles processos enquanto não houvesse uma autorização para a câmara poder continuar a intervir naquele espaço. Não fazia sentido de outra maneira, porque se a Câmara Municipal adquirira o espaço não poderia ficar condicionada a uma intervenção. Naquele sentido, já tinha sido colocada a questão à Caixa Geral de Depósitos, tendo sido informado que iriam tomar um procedimento no sentido de que ficasse clarificada a

possibilidade de a Câmara Municipal fazer as intervenções sem ter de pedir uma autorização por cada intervenção que fizesse.

Disse ser claro e já tinha dito várias vezes quais os projetos que a Câmara Municipal tinha para aquele espaço. O projeto contratado não tinha sido terminado, porque houve algumas orientações dadas ao projetista, não estando totalmente finalizado, porque embora se dissesse que o executivo municipal não saberia o que fazer ao espaço, naturalmente que fazia parte das posições que a oposição fazia.

As posições que seriam legítimas, deveriam ser mais ponderadas e sérias e não fazer das dificuldades que todos reconheciam nos procedimentos, designadamente em investimentos, como se tratava da necessidade do Imapark, que teria de ser devidamente avaliado.

Teriam de encontrar parceiros no sentido de que o financiamento fosse melhor viabilizado e que o resultado da sustentabilidade económica e financeira da intervenção pudesse ser garantida. Nos tempos que corriam o envolvimento de grupos empresariais não seriam coisas fáceis, teriam de fazer as suas avaliações e verificar a rentabilidade dos investimentos que estariam disponíveis para se envolver. Disse ser um processo que levaria o seu tempo. Da parte da Câmara, se tivessem tido as condições para instalar a loja de segunda venda e o Mercado Abastecedor não continuariam a pagar renda do Mercado Abastecedor tal como acontecia. Disse terem a responsabilidade de garantir os investimentos e a sustentabilidade no futuro do Imapark.

Relativamente à degradação, disse que praticamente encontrava-se nas mesmas condições em que tinha sido adquirido, não houve nenhuma intervenção significativa, para além da manutenção daquele espaço. As duas intervenções que eram pretensões de organizações particulares que tinha atividade de algumas partes daquele espaço que tinha condições para ser utilizado, pudesse continuar a ser utilizado.

No que se referia à inauguração de uma instalação de comércio e bebidas, disse que não tinha conhecimento e que agradecia aquela informação, certamente que os serviços iriam avaliar o que aquilo significaria. Naquele sentido, agradecia aos senhores vereadores pelas informações que lhes era apresentada, para os serviços poderem avaliar a situação. Em relação ao Imapark continuavam a trabalhar no sentido de encontrar soluções financeiras que garantissem a sustentabilidade financeira no futuro para os investimentos que eram necessários fazer naquele espaço. A aquisição daquele parque era uma aquisição para fins claramente definidos, o qual já tinha repetido umas dezenas de vezes em reunião de Câmara. Disse que o senhor Vereador Carlos Rabaçal já tinha referido num conjunto de intervenções que estavam equacionadas e programadas no que dizia respeito aos arruamentos. No que se referia aos arruamentos em Brejos de Azeitão foram feitas as intervenções de requalificação de todos os arruamentos, ficando para trás aqueles que precisavam de infraestruturas. Para fazerem as infraestruturas na altura era necessário que a Águas do Sado fizesse as respetivas intervenções, que iria caber aos Serviços Municipalizados que se constituíram em dezembro de 2022, sendo a sua capacidade financeira de zero, tendo apenas os meios fundamentais que eram os trabalhadores, alguns equipamentos, mas não tinham capacidade de investimento. Aquilo que era feito e garantido no planeamento da intervenção seriam as respetivas pavimentações.

Referiu que teriam muito gosto em resolver todos aqueles problemas, estiveram dezenas de anos com licenciamentos das habitações, sem que houvesse intervenções nas requalificações.

Disse que passados 20 anos resolveram os problemas de muitas dezenas de arruamentos, mas lamentavam que haveria outros que não conseguiriam resolver de pessoas que por lá viviam, sobretudo pelos investimentos que fizeram, pelas licenças que pagaram à Câmara Municipal e que a Câmara Municipal ao tempo não fizera aquilo que era obrigatório fazer.

Embora já estivessem há 20 anos no executivo, também todos sabiam em que condições é que herdaram a Câmara Municipal. A Câmara Municipal para continuar a ter uma atividade, para pagar os salários aos seus trabalhadores tivera de pedir um empréstimo ao Estado. Os setubalenses e os azeitonenses sabiam do esforço e do grande investimento, de dezenas de milhões de euros que tinha sido investido naquele território, com candidaturas a fundos

comunitários, mas para fazer candidaturas a fundos comunitários era necessário elaborar os projetos, fazer planeamento e garantir a capacidade de intervenção.

Mencionou que estar na oposição seria tudo facilidades, mas quem se confrontava no dia a dia com aqueles problemas a questão não era tão fácil. Havia quem fizesse sempre algumas centrais de propaganda da atual política governamental, mas quando olhavam para como a atividade económica no nosso país se desenvolvia, verificavam que as dificuldades eram crescentes, dando dois ou três exemplos.

Em 2 setembro de 2022 esteve previsto iniciar-se uma obra da instalação de um pavilhão junto à Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, porque a Câmara Municipal desenvolvera um procedimento no sentido de instalar um pavilhão com cerca de 300 m², com instalações sanitárias para a Academia poder desenvolver melhor as suas atividades. Adjudicaram a obra e quando foi para iniciar a obra a empresa dissera-lhes que não tinha condições para fazer a obra. Tiveram de reiniciar todo o processo e quem conhecia a administração pública e os procedimentos que eram obrigatórios ser feitos para que se pudessem fazer as adjudicações, sabia o que significaria reiniciar um processo.

A obra foi adjudicada no final de setembro e retomada, significava a diferença de um ano de procedimento para que a obra se pudesse desenvolver, certamente que teria consequências para a Academia, o que lamentava.

Outro exemplo, era a adjudicação de um contrato de uma empresa para lavagem de contentores, verificaram que a empresa que ficara em 1.º lugar não conseguira dar resposta às necessidades que se justificava em matéria tão importante relacionada com a qualidade de vida e com a saúde das pessoas do concelho.

Diriam alguns dos vereadores da oposição, que a responsabilidade era do executivo, era do Presidente e dos vereadores.

Quando se faziam aquelas afirmações, era de não querer assumir a responsabilidade da sociedade, das condições em que se vivia. Acontecera que a empresa não tivera condições para dar resposta àquilo que tinha sido contratualizado, tiveram que desencadear os procedimentos legais, no sentido de que aquela empresa deixasse de poder ser contratada para adjudicar à empresa que ficara em 2.º lugar, para poder desenvolver o respetivo procedimento, que para a Câmara era bastante penoso.

Tratava-se de alguns exemplos que demonstravam que, apesar de continuarem sempre com muitas dificuldades em dar cumprimento a tantos problemas e a tantas questões que era necessário dar resposta, mas havia toda aquela problemática da situação que se vivia, do aumento das matérias-primas, da falta de mão de obra qualificada para o efeito, das taxas de juros que dificultavam as empresas de se desenvolver e terem capacidade financeira para concorrer.

Outro exemplo, era os processos de concurso para a habitação, tendo sido aberto três procedimentos e apenas uma empresa teria concorrido, sabendo que era uma empresa que dava conta das responsabilidades que assumia, porque já trabalhara para a câmara na área da habitação. Noutros tempos, um concurso daqueles teria 5 ou 6 empresas a concorrer, o que demonstrava bem a situação em que estavam e as dificuldades para a Câmara Municipal encontrar soluções credíveis e dar resposta aos problemas.

Disse pretender falar sobre a situação das escolas no concelho e, em particular, daquelas que foram objeto de transferência por parte da Administração Central. A lei daquela transferência de competências era de 2019.

Em 2019, no caso do município de Setúbal, das 7 escolas para transferir para a Câmara de Setúbal, 4 delas eram da responsabilidade da Câmara Municipal que já vinham com a indicação do ministério de que eram 4 escolas com necessidade de intervenção urgente.

Tratava-se de uma avaliação de 2019, estavam em 2023, mas ainda não sabiam, como ser iria intervir nessas escolas. De acordo com a avaliação e a motorização que faziam semanalmente naquelas escolas, a situação era muito preocupante.

Falavam da formação das crianças e de um conjunto significativo de profissionais que também estavam naquelas escolas. Se elas já em 2019 estavam identificadas pelo Ministério da Educação como escolas de intervenção prioritária, passados todos aqueles anos, dava

para ver bem o estado em que se encontrariam e mais grave do que isso, ainda hoje não se sabia como se iria fazer a requalificação daquelas escolas.

Quando soubessem dos avisos para a Câmara Municipal poder candidatar-se, iriam ter de lançar concurso público internacional o qual, se tudo corresse bem, levaria no mínimo 10 meses. Falavam de escolas que iriam ter obras que levariam no mínimo 2 anos e meio a 3 anos, para serem concluídas.

A questão que se colocava era saber das escolas consideradas em 2019 pelo Ministério da Educação como intervenção prioritária, quando passassem mais de 4 ou 5 anos, qual seria o estado de conservação daquelas escolas e como as crianças e os trabalhadores das escolas iriam viver naquelas escolas durante todos aqueles anos. Tratava-se de perguntas que deixava no ar.

Quando lhes falavam que o estado do município era uma degradação constante, questionou se as pessoas que levantavam aquelas questões já se tinham interrogado convenientemente sobre o que iria acontecer àqueles milhares de crianças que frequentavam aquelas escolas. Esperava que os avisos das candidaturas abrissem rapidamente e que a obra estivesse concluída daqui por 4 ou 5 anos.

Disse que aquela era a reflexão que deixava, porque eram urgentes aquelas questões, tendo de pedir responsabilidades a quem as tinha.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o senhor Presidente ainda tinha capacidade de os surpreender com as suas intervenções. Surpreendera ao ouvi-lo dizer que os Serviços Municipalizados, tendo iniciado a sua atividade na última quinzena de dezembro de 2022, não tinha ainda capacidade de investimento para fazer pequenas reparações. Tanto quanto se recordava tinha sido aprovado um financiamento para dotar os Serviços Municipalizados daquilo que era a liquidez necessária, quer para o desenvolvimento da sua atividade corrente, quer para o início nos investimentos necessários que como o senhor Vereador Carlos Rabaçal dissera e bem, durante mais de 20 anos não foram feitos.

Disse que lhe surpreendia, tendo a visita que os Vereadores do Partido Socialista fizeram ao Imapark sido acompanhada por um Assessor do senhor Presidente, que o executivo não tivesse ainda conhecimento da instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas no Imapark, porque foi um dos temas que abordaram com o seu Assessor no decorrer da visita.

A referida inauguração foi muito divulgada nas redes sociais e noutras plataformas. Da mesma forma que o surpreendia que tendo sido contratado um serviço por consulta prévia, que não deixava de ser um ajuste direto, de uma prestação de serviços profissionais de Arquitetura para a revitalização e alteração de antigo espaço Imapark pelo período de 12 meses, prestação essa contratada no dia 9 de outubro de 2020, ao fim de mais de 36 meses ainda estivessem ali a discutir alterações.

Questionou se os 54 mil euros contratados e que acreditava que já tivessem sido pagos, sendo a Câmara Municipal uma pessoa de bem e que honrava os contratos que assinava, se houve custos adicionais, uma vez que o serviço que devia ter sido prestado ao longo de 12 meses ainda não estava concluído ao fim de 36 meses, o que provavelmente não estariam a limitar-se a 54 mil euros.

Disse continuar a surpreender as afirmações do senhor Presidente, sempre que falavam daquilo que era a capacidade financeira da Câmara Municipal de Setúbal. De acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, a Câmara Municipal de Setúbal era a 18.^a, em 308 municípios, que apresentava um maior valor de receita fiscal e era o 13.^o município, em 308 municípios, que tinha a maior concretização em termos de volume de receita, estando à frente de municípios como Odivelas, Amadora, Funchal, municípios que, certamente em termos de dimensão populacional estavam próximos daquilo que era a realidade do concelho de Setúbal.

Disse que não deixava de ser surpreendente que ao fim de uma gestão de 22 anos, continuassem a ver um mundo a preto e branco e continuassem com um discurso a preto e

branco, para não dizer que se tratava de um discurso do cinema mudo, a insistir naquilo que já tinha deixado de ser argumento há muitos anos.

Disse estarem num concelho que tinha a taxa de IMI mais alta do distrito, a taxa de participação variável no IRS mais alta do distrito e só não seriam as mais altas se não fosse por proposta do Partido Socialista no decorrer daquele mandato.

Tinham um nível de concretização de receita elevadíssimo mesmo comparado com outros municípios de igual ou superior dimensão e continuavam com um discurso miserabilista, dos coitadinhos que não tinham dinheiro para concretizar investimento para fazer manutenção da cidade, para fazer coisas tão simples como pintar passadeiras onde elas não existiam, para fazer coisas tão simples como fazer intervenção no espaço público que se encontrava cada vez mais degradado, para fazer coisas tão simples como a manutenção e limpeza dos próprios contentores de lixo.

Segundo o senhor Vereador Carlos Rabaçal houve um problema com a empresa contratada para fazer aquele serviço, pelo que se recordava do tempo em que o município de Setúbal ainda tinha meios próprios para fazer face àquilo que eram as necessidades mais básicas.

O discurso miserabilista de quem conseguia arrecadar mais receita do que a grande maioria dos outros municípios, mesmo aqueles que eram de maior dimensão do que Setúbal e depois não concretizava nenhuma intervenção no terreno, nenhuma obra, nenhum investimento e continuava sempre a assacar a responsabilidades a terceiros, certamente o senhor Presidente não lhe deixava de o surpreender.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques que poderia ter a certeza que com a sua intervenção iria ter de o surpreender todos os dias e toda a hora. Relembrou-o que já tinha aprovado naquela Câmara Municipal um investimento global superior a 30 milhões de euros.

O discurso que o senhor Vereador fazia era uma visão unilateral e enviesada, era o que lhe convinha como partido da oposição e compreendiam, mas não poderiam aceitar que não se dissesse as verdades, que não falasse com razoabilidade e com ponderação aquilo que se fazia, designadamente quando tinham responsabilidades diretas naquilo que faziam.

O senhor Vereador esteve nas reuniões de Câmara e aprovava, sabendo que o valor global em termos de investimento era superior a 30 milhões de euros e depois vinha com aquele discurso. Se o senhor Vereador não acreditava na situação em que as empresas se encontravam e nas dificuldades em que se encontravam, assim como da situação provocada pela inflação, no crescimento dos preços das materiais primas, dos custos da energia e das taxas de juro, certamente que segundo a visão do senhor vereador o mesmo seria sempre surpreendido, porque o senhor só tinha aquela capacidade visão, lamentando que a mesma fosse limitada. Porque viviam em democracia disse que continuariam aquele diálogo até ao fim do mandato.

Referiu que mais uma vez alongaram o período de antes da ordem do dia e teriam que ter uma avaliação diferente na forma de intervir no período de antes da ordem do dia.

Disse passarem para o segundo ponto do período de antes da ordem do dia destinado a saudações, moções e votos de pesar.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 18 a 22.

“Saudação

Aniversário Academia de Dança Contemporânea

A Academia de Dança Contemporânea, desde a sua fundação em 19 de outubro de 1982, tem-se destacado enquanto uma referência notável na formação de bailarinos profissionais na cidade de Setúbal e além-fronteiras. Ao longo de quatro décadas, esta prodigiosa instituição dedicou-se com paixão e dedicação à promoção da dança contemporânea, moldando jovens talentos e preparando-os para brilhar nos mais ilustres palcos do mundo.

Nestes 41 anos de existência, a Academia de Dança Contemporânea tem sido um farol de excelência, proporcionando aos seus alunos uma educação artística de alto nível. Através do rigor, da criatividade e da paixão pelo movimento, esta academia tem nutrido não apenas a expressão corporal, mas também a alma daqueles que a frequentaram.

Os bailarinos formados por esta academia têm conquistado palcos nacionais e internacionais, espalhando a beleza da dança contemporânea e contribuindo para o prestígio da cidade de Setúbal no mundo das artes. A sua história é uma história de sucesso e superação, marcada por desempenhos memoráveis e um compromisso inabalável com a arte da dança.

Neste marco significativo de 41 anos, a Academia de Dança Contemporânea continua a ser uma fonte de inspiração para as gerações futuras de bailarinos e para todos os que valorizam a expressão artística. Votos de que os próximos anos sejam repletos de realizações e que esta academia continue a desempenhar um papel vital na promoção da cultura e da excelência artística em Setúbal e para o mundo.

“Saudação

Aniversário Associação de Atletismo de Setúbal

A Associação de Atletismo de Setúbal, cuja fundação ocorreu em 18 de outubro de 1983, representa um marco significativo na promoção e desenvolvimento do atletismo na nossa região. Com um compromisso inabalável com o desporto e a saúde, esta instituição tem sido um pilar fundamental no estímulo e apoio à implantação e ao funcionamento desta emocionante modalidade nos clubes locais.

Desde a sua criação, a Associação de Atletismo de Setúbal tem desempenhado um papel crucial na coordenação de competições, na formação de atletas talentosos e na promoção de valores essenciais, como a dedicação, o espírito de equipa e a superação pessoal.

Ao longo das décadas, reconhecemos o trabalho incansavelmente desenvolvido para criar oportunidades e espaços onde os atletas de todas as idades e níveis de habilidade possam competir, treinar e prosperar. O atletismo é muito mais do que uma atividade física; é uma escola de disciplina, determinação e resiliência, e a Associação de Atletismo de Setúbal tem sido um mestre nessa escola.

“Saudação

Aniversário Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal celebrou o seu 140.º aniversário no passado dia 19 de outubro, marcando mais uma etapa notável na sua longa e distinta história de serviço à comunidade. Os Bombeiros Voluntários de Setúbal têm desempenhado um papel fundamental no sistema de proteção e socorro do concelho e da região, demonstrando um compromisso inabalável com a segurança e bem-estar da nossa comunidade.

Esta instituição é mais do que uma simples organização de socorro; é uma força vital que tem vindo a servir a comunidade de Setúbal com dedicação, coragem e profissionalismo ao longo de gerações. A sua missão de salvar vidas, proteger propriedades e proporcionar auxílio em momentos de crise é de valor incalculável. Os Bombeiros Voluntários de Setúbal têm sido um farol de esperança em situações de emergência, e a sua presença tranquilizadora é uma âncora em tempos de adversidade.

O Município de Setúbal e as suas gentes, como ninguém, reconhecem a importância vital desta associação. Votos de parabéns por 140 anos de serviço notável à comunidade de Setúbal. Que o legado de coragem e altruísmo destes bravos bombeiros continue a inspirar a todos, enquanto enfrentamos juntos os desafios do presente e do futuro.

“Saudação

Aniversário Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão

O Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão celebrou o seu 47.º aniversário no passado dia 11 de outubro, um marco notável na sua jornada de crescimento e compromisso

com a comunidade. Desde a sua fundação em 1976, o CCDBA tem demonstrado uma determinação incansável em promover a cultura, o desporto e o bem-estar em Azeitão.

O lema "Com audácia os pequenos também vencem" permanece tão relevante quanto no primeiro dia, servindo de guia para o espírito destemido que impulsiona esta associação. Ao longo de quase cinco décadas, o CCDBA tem vindo a crescer e evoluir, capacitando gerações com oportunidades culturais, desportivas e de desenvolvimento pessoal.

A sua presença dinâmica e vital na comunidade de Azeitão é motivo de orgulho e inspiração para todos. Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Setúbal reconhecem o importante trabalho realizado por esta instituição e espera ansiosamente o futuro brilhante que se desenha à medida que o CCDBA continua a prosperar e a impactar positivamente a vida dos habitantes da região. Parabéns por 47 anos de dedicação e sucesso notáveis. Que esta jornada de crescimento e serviço perdure e inspire muitos mais anos de realizações notáveis.

“Saudação

Aniversário Escola de Futebol Feminino de Setúbal – Associação

A Escola de Futebol Feminino de Setúbal – Associação celebrou o seu 22.º aniversário no dia 15 de outubro de 2023, marcando mais um capítulo na sua jornada pioneira dedicada ao futebol feminino e à formação de jovens talentos. Desde a sua criação em 2001, este clube tem desempenhado um papel fundamental na promoção e desenvolvimento do futebol feminino na região.

A Escola de Futebol Feminino de Setúbal é reconhecida como um dos primeiros clubes em Portugal a se dedicar exclusivamente ao futebol feminino, com um foco inabalável na formação de atletas. Ao longo destas duas décadas, o clube tem sido um verdadeiro ponto de referência na nossa comunidade, graças ao compromisso incansável com o desenvolvimento desportivo e pessoal das jovens atletas que aqui encontram um espaço para crescer e prosperar.

O trabalho e a dedicação constantes desta instituição contribuíram significativamente para a promoção do clube e das atletas que têm formado ao longo dos anos. O futebol feminino é uma área em crescimento, e a Escola de Futebol Feminino de Setúbal tem sido uma parte fundamental dessa trajetória.

Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Setúbal reconhecem o mérito e o impacto positivo que a Escola de Futebol Feminino de Setúbal tem tido na nossa comunidade e esperam ansiosamente que este clube continue a trilhar o seu caminho de sucesso. Parabéns pelos 22 anos de compromisso, dedicação e excelência no futebol feminino. Que esta jornada continue a inspirar e moldar a próxima geração de talentos desportivos.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que apesar de não ter apresentado por escrito pretendiam saudar o Coral Luísa Todi, Os Sadinos e Estrelas do Faralhão. De imediato leu a seguinte moção, conforme documento anexo sob o registo n.º 23.

“Moção

Ataques teóricos do Hamas e a situação humanitária em Gaza

Os vereadores do Partido Social Democrata expressam a sua mais profunda solidariedade com as vítimas israelitas e palestinianas dos recentes ataques terroristas perpetrados pelo Hamas. Os ataques indiscriminados e atos de violência causaram grande sofrimento a várias famílias e comunidades em Israel e na Palestina.

Condenamos veementemente qualquer forma de terrorismo e apelamos à paz, ao diálogo e à busca de soluções pacíficas para os conflitos na região, a fim de garantir um futuro mais seguro e estável para todos.

Apelamos, sobretudo, à libertação imediata de todos os reféns detidos pelo Hamas e reconhecemos o direito de Israel de se defender em conformidade com o direito internacional. Qualquer ação israelita deve respeitar o direito humanitário internacional, salientando também que os ataques do Hamas e a resposta de Israel aumentam a probabilidade de violência

repetida na região. Por isso, apelamos a uma “pausa humanitária” imediata e lembramos que os ataques contra civis, médicos ou jornalistas constituem uma violação grave do direito internacional.

Preocupados com a rápida deterioração da situação em Gaza, observamos que é importante separar a população palestiniana e as suas aspirações legítimas do grupo terrorista Hamas. Apelamos à comunidade internacional para que continue e aumente a ajuda humanitária aos civis na região.”

Sr. Presidente – Disse que era uma preocupação o tema que o PSD apresentara naquela moção sobre a situação do conflito entre o Hamas, o Estado de Israel e as populações de Gaza. Os vereadores da CDU subscreviam a moção do PSD nos termos em que ela era apresentada, porque havia uma preocupação pela humanidade e também pela forma ponderada e equilibrada como a moção tinha sido apresentada.

Sra. Vereadora Sandra Frota – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 24 a 34.

“Saudação

Aniversário do Teatro do Elefante

A Cooperativa Sociocultural Teatro do Elefante – Ação Cultural celebrou o seu aniversário no passado dia 6 de outubro.

Fundada em 1997, assinalou 26 anos de atividade e de importantes contributos para o desenvolvimento cultural do concelho e região de Setúbal.

Com uma equipa dinâmica, o Teatro do Elefante, que agora se encontra em momento de pausa, é caracterizado pela sua resiliência, dinamismo e capacidade de reinvenção.

Apoiar o movimento associativo e as entidades culturais e desportivas do nosso concelho vai muito além de demonstrar reconhecimento pelo seu trabalho. É necessário criar as condições necessárias para a fundação e manutenção destas entidades, que tanto contribuem para o desenvolvimento dos territórios onde se inserem, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações. É fundamental investir na construção de infraestruturas adequadas que sirvam estas entidades e a população, promover a sua atividade junto da comunidade e atribuir apoios de cariz financeiro, de forma clara, transparente e democrática.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam A Cooperativa Sociocultural Teatro do Elefante – Ação Cultural por mais um aniversário, fazendo votos de que esta pausa não se prolongue no tempo, para que os setubalenses e azeitonenses possam voltar a ser agraciados com os seus espetáculos e criações artísticas.”

“Saudação

Aniversário do Clube de Futebol ‘Os Sadinós’

O Clube de Futebol ‘Os Sadinós’ assinalou o seu aniversário no passado dia 5 de outubro.

Fundado em 1946, assinalou 76 anos de importantes contributos para o desenvolvimento desportivo e cultural do concelho de Setúbal, tendo a sua atividade ido, ao longo dos anos, muito além do objetivo para o qual o clube foi criado.

Com uma sede dinâmica, aberta à população, ao restante movimento associativo, entidades culturais e desportivas setubalenses, ‘Os Sadinós’ promovem a prática de diversas modalidades e organizam diversas atividades de âmbito cultural e recreativo, participando em iniciativas do concelho.

O seu grupo de cantares alentejanos, o Grupo Coral “Os Amigos dos Sadinós”, pelo qual é tão conhecido, foi fundado em 1994, tendo-se constituído como um importante contributo na cidade de Setúbal para a preservação do cante alentejano, que é Património Imaterial da Humanidade.

Reconhecendo o importante papel do movimento associativo no contexto local, enquanto parceiro indispensável do poder local democrático para o desenvolvimento dos territórios

onde se insere, promoção bem-estar e qualidade de vida das populações, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Futebol 'Os Sadinós', órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal."

"Saudação

Aniversário do Estrelas do Faralhão Futebol Clube

Fundado em 1973, o Estrelas do Faralhão Futebol Clube assinalou o seu aniversário no passado dia 1 de outubro.

O clube, que teve a sua origem numa equipa de futebol criada em 1967 por um grupo de amigos, foi fundado com o objetivo de suprimir a falta de oferta de atividades desportivas e recreativas à população do Faralhão.

O movimento associativo desempenha, desta forma, um papel determinante no desenvolvimento sociocultural no contexto local, permitindo aos cidadãos, que identificam a necessidade de criar espaços para a promoção de atividades de âmbito recreativo, cultural e desportivo, intervir diretamente junto da sua comunidade, num ato voluntário de participação cívica.

Assim, entidades como o Estrelas de Faralhão Futebol Clube, constituem-se enquanto parceiros indispensáveis do poder local democrático, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pelo clube, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Estrelas de Faralhão Futebol Clube, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal."

"Saudação

Aniversário da Escola de Futebol Feminino de Setúbal

Nos últimos anos o futebol feminino tem se vindo a afirmar no panorama nacional, com um número de atletas federadas a aumentar de ano para ano. Desde 2010 o número de atletas a jogar futebol e futsal quase triplicou, passando de 5406 para os 13 239. O que significa que nos últimos 12 anos, Portugal ganhou 7833 jogadoras.

Tal só é possível, através do trabalho desenvolvido por clubes e coletividades que, em prol da igualdade e inclusão, tornam mais acessível, às meninas e mulheres, a prática desportiva da modalidade de futebol.

Exemplo destes, é a Escola de Futebol Feminino de Setúbal, que celebrou o seu 22º aniversário no dia 15 de outubro, e que tem, desde a sua fundação em 2001, contribuído para a o desenvolvimento e evolução da modalidade no nosso concelho.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela Escola de Futebol Feminino de Setúbal, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a associação órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade Setúbal."

"Saudação

Aniversário do Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão

O movimento associativo assume um papel determinante no desenvolvimento sociocultural no contexto local, como elemento impulsionador em áreas como o desporto, a cultura e a juventude.

Desta forma, contributos de entidades como o Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão, que celebrou o seu aniversário no dia 11 de outubro, são indispensáveis para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

O Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão assinalou 47 anos de atividade desenvolvida em prol da comunidade, através da sua oferta desportiva, em especial junto dos mais jovens, e através da sua oferta cultural e recreativa, constituindo-se enquanto parceiro indispensável do poder local.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Projeto ‘Ativa-TE’ distinguido pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial

O projeto ‘Ativa-TE’, o qual resultou de uma parceria entre o Instituto Politécnico de Setúbal e a Associação Cultural Festroia, foi distinguido na 9ª edição do Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social e Sustentabilidade pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

Entregue no dia 17 de outubro, na Casa do Alentejo, em Lisboa, o prémio vem reconhecer, à semelhança do que aconteceu em 2020 e em 2022, as boas práticas do IPS no âmbito do eixo II – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente na categoria Educação de Qualidade.

Neste projeto, que arrancou em 2021 como parte integrante do Festival CLIT, passando posteriormente à atividade autónoma, o cinema, complementado com a realização de debates com especialistas e representantes de estruturas da sociedade civil e conversas com realizadores e atores, é utilizado como veículo de sensibilização para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O projeto ‘Ativa-TE’ convida os estudantes do IPS, comunidade educativa e a sociedade no seu todo a refletir e a agir sobre temas da atualidade como a crise climática, a saúde mental, igualdade de género, direitos LGBTI+, racismo, trabalho digno, inteligência artificial, educação, inclusão, entre outros.

O Instituto Politécnico de Setúbal assume um papel determinante como motor de desenvolvimento da nossa região, não só através da sua oferta formativa e educação formal, mas também através da organização e promoção de projetos inovadores como este.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Instituto Politécnico de Setúbal pela distinção, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário do Coral Luísa Todi

Fundado em 1961, o Coral Luísa Todi assinala hoje, dia 25 de outubro, o seu 62º aniversário. Apresentou-se ao público pela primeira vez em 1963 e tem desenvolvido, desde então, a sua atividade de forma intensa e interrupta, com atuações em Setúbal, mas também um pouco por todo o país e pelo mundo, com uma programação pensada para vários públicos, com espetáculos de elevados padrões de excelência artística e técnica.

Com a apresentação, em julho deste ano, do espetáculo “Uma Viagem – 60 Anos de História”, dirigido pelo maestro Fernando Malão, acompanhado por Eduardo Jordão ao piano, o qual contou com a participação de vários artistas, alguns deles com ligações ao passado desta entidade, o Coral Luísa Todi assinalou décadas de importantes e indispensáveis contributos para o desenvolvimento cultural do nosso concelho, ultrapassando, ao longo dos anos, diversos obstáculos ao desenvolvimento da sua atividade.

Apoiar o movimento associativo e as entidades desportivas e culturais do nosso concelho é muito mais do que demonstrarmos o nosso reconhecimento. É criar as condições necessárias ao desenvolvimento digno da sua atividade, seja através do apoio à sua divulgação, da atribuição de apoios de cariz financeiro de acordo com a realidade de cada entidade, de forma clara e transparente, ou da criação de infraestruturas adequadas.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Coral Luísa Todi, órgãos sociais e todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Associação Portuguesa de Insuficientes Renais

Fundada em 1978, a APIR - Associação Portuguesa de Insuficientes Renais assinalou o seu 45º aniversário, no passado dia 19 de outubro.

A sua atividade tem como principal objetivo a defesa dos direitos e interesses dos doentes renais, através do apoio social e informativo, educação para a prevenção da doença, representação dos doentes, sua capacitação e formação, elaboração de material informativo, ações de sensibilização e colaboração com a comunidade médica.

Segundo dados do SNS, referentes a agosto de 2023, foram registados 8 novos utentes na Unidade de Diálise do Centro Hospitalar de Setúbal, perfazendo um total de 47 utentes registados em hemodiálise.

Em Portugal, os dados conhecidos apontam para que a prevalência da doença renal crónica seja de 20%, o dobro da média mundial.

Desta forma, torna-se manifestamente clara a necessidade de adotar medidas eficazes de prevenção da doença renal crónica, através de ações de sensibilização e disseminação de informação crucial para a identificação de fatores de risco e sintomas, desta que é uma doença silenciosa e que, na sua fase mais avançada resulta num estado "tóxico" com consequente mal-estar e eventual necessidade de terapêutica de substituição da função renal.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais e em especial da Delegação Regional de Setúbal por mais um aniversário, reconhecendo a importante atividade desenvolvida e fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal, uma das associações centenárias do nosso concelho, assinalou o seu 140.º aniversário, no passado dia 19 de outubro.

Tem vindo, desde a sua fundação em 1883, a contribuir para a promoção do bem-estar, qualidade de vida, segurança e saúde no concelho de Setúbal, servindo, de forma voluntária, os setubalenses e azeitonenses.

Enquanto organização sem fins lucrativos, tem como objetivo específico o exercício de ações de socorro e de outras modalidades de intervenção humanitária, e a prossecução de atividades de reconhecido interesse comunitário no domínio da solidariedade social, não esquecendo o seu importante papel naquilo que é a proteção do património natural.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal presta um serviço público inestimável, desempenhando múltiplas funções para além daquela que levou à sua origem, o combate aos incêndios.

A sua atividade é uma das mais nobres formas de serviço público e participação cívica.

Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal, órgãos sociais, associados e voluntários por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Maria Inês Mariani conquista Taça do Mundo de Muay Thai

Maria Inês Mariani integrou a seleção da Federação Portuguesa de Kickboxing e de Muay Thai e conquistou o ouro na Taça do Mundo de Muay Thai, a qual se realizou entre os dias 1 e 7 de outubro, na cidade de Kemer, na região de Antalya, Turquia.

Para a jovem atleta setubalense, já com um longo palmarés nacional, as provas internacionais não são uma novidade, tendo já participado em diversas provas um pouco por toda a Europa e conquistado o título mundial de ISKA de kickboxing, em novembro de 2022.

Valorizar e potenciar os jovens talentos vai muito além de apenas reconhecer as suas vitórias e conquistas. É também fundamental contribuir, de forma ativa, para o desenvolvimento das suas capacidades e competências, criando as condições necessárias para tal, seja através da construção de infraestruturas adequadas à prática da sua atividade ou através da atribuição de apoios, dando resposta à falta de equipamento ou fundos para deslocações.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Maria Inês Mariani, bem como o seu treinador Henrique Diogo por mais um objetivo alcançado, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal

A Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, a primeira escola de formação de bailarinos através de ensino articulado em Portugal, celebrou o seu aniversário no passado dia 19 de outubro.

Fundada em 1982, assinalou 41 anos de importantes contributos para o desenvolvimento cultural de Setúbal e para a formação de diversos bailarinos profissionais, reconhecidos a nível nacional e internacional, que ingressaram em companhias de características clássicas ou contemporâneas.

Criada com o objetivo de promover a prática desta modalidade, mas também de oferecer aos alunos a possibilidade de adquirirem a proficiência necessária ao desempenho da profissão de bailarino, e torná-los aptos a competir de igual para igual no mercado internacional, e ao mesmo tempo, manterem presentes e desenvolverem as suas potencialidades criativas, a ADCS constituiu-se enquanto uma das mais relevantes escolas de formação de bailarinos do país.

A ADCS continua, assim, a ser o local onde a paixão pela dança nasce e é nutrida.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sra. Vereadora Sandra Frota – Leu a seguinte Moção, conforme documento anexo sob o registo n.º 35.

“MOÇÃO

Por todas as vítimas resultantes dos ataques terroristas do Hamas contra Israel

No dia 7 de outubro, sábado em que se celebrava o feriado judaico Simchat Torah, o grupo terrorista Hamas levou a cabo um ataque em larga escala contra Israel.

Milhares de rockets foram disparados a partir da Faixa de Gaza contra território israelita, enquanto centenas de radicais deste grupo extremista entram em Israel por terra, mar e ar, sequestrando e raptando civis e militares, enquanto disparavam indiscriminadamente sobre a população, ceifando de forma hedionda centenas de vidas.

O Hamas, pela sua prática, afirma-se como um grupo terrorista, patrocinado por países que se recusam a reconhecer a existência do Estado de Israel e têm mantido como objetivo assegurar o seu desaparecimento.

Este bárbaro ataque, sem precedentes, desencadeou um rasto de destruição e centenas de mortos, de ambos os lados do conflito, bem como de outras nacionalidades, havendo ainda registo de um número indeterminado de reféns e de sequestrados, motivando uma retaliação que ocasionou igualmente, vítimas inocentes do lado palestino.

Nada fazendo pelas aspirações dos Palestinos que procuram uma solução para o conflito, antes gerando vítimas inocentes entre a sua população, este inqualificável e inaceitável acontecimento apenas vem contribuir diretamente para o agravamento e aprofundamento da tensão existente na região.

Porque o terrorismo não pode ser tolerado, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida no dia 25 de outubro de 2023:

- 1. Condena o ataque de dia 7 de outubro contra Israel perpetrado pelo Hamas;*
- 2. Manifesta o seu pesar e solidariedade para com o povo israelita e para com o povo palestino, endereçando condolências às suas famílias;*
- 3. Reafirma o reconhecimento do direito do Estado de Israel em se defender contra atos de terrorismo no quadro do Direito Internacional;*
- 4. Faz votos para a libertação de todos os reféns e pessoas sequestradas e para o fim das hostilidades, que permita retomar o diálogo e a construção de estabilidade na região através da garantia da coexistência pacífica de dois Estados;*
- 5. Lamenta e repudia a violência contra dois povos mártires das atrocidades de um conflito que se arrasta no tempo.”*

Sr. Presidente – Referiu que os vereadores da CDU não iriam acompanhar a moção apresentada pelo Partido Socialista, porque tinham uma posição no entendimento de que deveria ser de proclamação, relativamente à preocupação que tinham da situação. Teria que ser uma posição mais equilibrada relativamente ao que estava em causa naquela região. Estavam muito mais próximos daquilo que tinha sido as declarações do Secretário-Geral da ONU que acabara de fazer no dia anterior e mais próximos da moção que o PSD ali apresentara.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 14/2023 - Reunião ordinária de 07 de junho de 2023

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 15/2023 - Reunião ordinária de 21 de junho de 2023

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Deliberação n.º 988/2023 – Proposta n.º 52/2023 – GAP – Adesão do Município de Setúbal ao Protocolo de Cooperação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., e a Área Metropolitana de Lisboa, no domínio da habitação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 a 38.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse pretender fazer uma pequena observação à proposta, porque os municípios eram parceiros essenciais nas respostas às carências habitacionais pela sua proximidade às populações, contudo não poderiam deixar de repetir o que já disseram, não por teimosia, mas por que achavam importante, que era a estratégia local de habitação, a necessidade de visitar o diagnóstico, uma vez que o documento espelhava um diagnóstico, mas a situação que viviam atualmente claramente era diferente e agrava-se. Citando o próprio diagnóstico da Estratégia Local de Habitação, havia uma frase que referia: “O sucesso da estratégia local de habitação, assim como a sua relevância para o município

de Setúbal, está dependente da validade e da relação entre as necessidades diagnosticadas". Havia uma agudização da crise habitacional, pelo que seria importante visitar aquele diagnóstico para ficar mais atualizada a situação atual. Aquela seria a sua sugestão.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 989/2023 – Proposta n.º 53/2023 – GAP – Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à versão avançada da Plataforma ODSLocal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 990/2023 – Proposta n.º 54/2023 – GAP - Procedimento p/ Empreitada de “Equipamento e Ligação ao Sistema do Furo de Captação CBR4 do Faralhão” - Delegação de competências, no conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 991/2023 – Proposta n.º 55/2023 – GAP - Procedimento p/ Equipamento ligação sistema do furo Captação CBR7 de Pinhal Negreiros - Delegação de competências no conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 992/2023 – Proposta n.º 56/2023 – GAP - “Reabilitação da Rede de Água e Saneamento na Avenida Luísa Todi – Rotunda das Fontainhas” - Delegação de competências no conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 993/2023 – Proposta n.º 434/2023 – DAF/DICONT – 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 a 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

9. Deliberação n.º 994/2023 – Proposta n.º 435/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento de cláusula de reversão de prédio urbano, sito em Rua Batalha do Viso, n.º 239, da União de Freguesias de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 995/2023 – Proposta n.º 436/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento de cláusula de reversão de prédio urbano, sito em Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 3.º-A, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 996/2023 – Proposta n.º 437/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Reposição do equilíbrio financeiro do contrato “aquisição de 5.000 ton. massas asfálticas quentes com inertes de basalto ou diorito” – Concurso público n.º 12/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 a 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 997/2023 – Proposta n.º 438/2023 – DAF/DICONT/SERGE – Cedência de área do domínio público municipal à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, para instalação e exploração de quiosque com esplanada aberta, em Quinta da Amizade, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 58 e 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 998/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal da carreira não revista de Bombeiro Sapador, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.ºs 4 e 5, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 999/2023 – Proposta n.º 37/2023 – DEB/DIGEPE – Proposta de Apoio Financeiro à Academia de Dança Contemporânea de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 1000/2023 – Proposta n.º 38/2023 – DEB/SEB – Feira do Livro e do Disco Políticos 2023 – Preço e venda de TOTE BAGS FEIRA de divulgação e publicidade ao evento

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62.

Sr. Presidente – Disse que a Feira do Livro e do Disco Político se integrava no âmbito do programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, sendo a primeira iniciativa daquela 2.ª fase das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o referido evento começaria no dia seguinte, ainda bem que a proposta foi naquele dia, caso contrário só seria apreciada noutra reunião para ratificação. Aquelas questões deveriam surgir com mais tempo, naquele caso era para fixar o

preço de venda dos sacos, mas já não era a primeira vez que acontecia surgirem propostas relativas a coisas que já decorriam ou na iminência de decorrer, tal como aconteceu com aquela proposta, que estava sujeita a aprovação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 1001/2023 – Proposta n.º 28/2023 – DOM/DIHAB – Protocolo de Cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Alberto dos Santos Pinto Leite

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 e 64.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Da análise que tinha feito às duas propostas, tinham sido apresentadas em reunião de 12 de agosto de 2020, pelo que questionou se não tinha sido concretizado o protocolo de 2020 ou se seria uma renovação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se tratava de uma renovação, porque o protocolo era anual e era taxativo, não era renovável automaticamente. Disse que foi uma proteção que introduziram no protocolo, havendo algum problema caducava. Significava que anualmente teria que ser apreciado em reunião de câmara, desconhecia se nos outros anos foi à reunião de Câmara.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Uma vez que caducavam e como constava no próprio documento disse que era necessário o acompanhamento da avaliação do que tinha sido feito, porque mais uma vez vinha omissa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que já tinha enviado o respetivo documento com a avaliação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 1002/2023 – Proposta n.º 29/2023 – DOM/DIHAB – Protocolo de Cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Smyle Campos Ornela

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 65 e 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 1003/2023 – Proposta n.º 30/2023 – DOM – Empreitada CPI 19/2022/DOM - “Requalificação do Bairro “Amarelo” na Bela Vista” - Aprovação do relatório final, decisão de adjudicação e aprovação das minutas dos contratos

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 67 a 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 1004/2023 – Proposta n.º 31/2023 – DOM – Empreitada CP 19/2023/DOM - "Reabilitação de passadeiras no Município - Passadeiras em pedra e redutores de velocidade no centro histórico de Setúbal" - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71.

Sr. Presidente – Questionou o senhor Vereador se aquele seria o valor do empréstimo que pediram o qual não se destinaria a pintar passadeiras.

Sr. Vereador Fernando José – Não sendo para pintar passadeiras cabia questionar para quando as passadeiras seriam pintadas, porque aquando da discussão do empréstimo, o senhor Vereador Carlos Rabaçal - o qual constava em ata e vídeo -, dissera que aquele empréstimo seria também para comprar tinta para pintar as passadeiras. Já que o senhor Presidente fizera aquela “graçola” relativamente à proposta, perguntou quando é que avançariam com a pintura das passadeiras.

Questionou se o senhor Presidente considerava que a água que em tempos se transformara em vinho, se naquele caso iria transformar-se em tinta.

Sr. Presidente – Disse que a “graçola” era do senhor Vereador. Disse que gostaria de deixar bem claro, porque sempre o dissera muitas vezes, que sabia das decisões que tomavam e o efeito para que as tomavam. Os senhores Vereadores do PS andaram a proclamar à população que o executivo CDU pediu 500 mil euros para pintar passadeiras. Era daquela forma que os senhores Vereadores do PS entendiam fazer oposição, se calhar era preferível em vez de fazerem essas campanhas, deveriam perguntar em reunião de câmara ou em sessão da assembleia, se o empréstimo era para pintar passadeiras ou não. Perguntar não ofenderia e serviria para esclarecimento, mas os senhores não quiseram esclarecimentos e preferiram fazer uma campanha em torno do assunto. Disse que já tinha admitido que no final do anterior mandato deveria ter sido aberto um concurso para resolver o problema das passadeiras. O mesmo não tinha sido feito, o lançamento de procedimentos era muito moroso e complicado e aquilo que poderiam fazer em função da disponibilidade financeira do orçamento, foi o lançamento de um procedimento que garantisse a pintura de passadeiras em volta de todas as escolas do concelho, o que na realidade tinha sido feito. Quando tiveram capacidade financeira orçamental para lançar outro procedimento, o mesmo seria lançado e só ainda não acontecera a pintura das passadeiras, porque tiveram um período das chuvas, que não seria o mais adequado para fazer aquela empreitada que já tinha sido adjudicada. Disse ser sempre preferível quando havia dúvidas pedirem esclarecimento e em função desses esclarecimentos tomariam as posições públicas que eram devidas, no entanto, fazer campanhas só para iludir os munícipes era inaceitável, sendo que as mesmas teriam que ser denunciadas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

20. Deliberação n.º 1005/2023 – Proposta n.º 32/2023 – DOM – Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas das aldeias da Piedade, Portela e São Pedro – Libertação total da garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 72 e 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 1006/2023 – Proposta n.º 132/2023 – DCDJ/DICUL – 1.ª edição “Luísa Todi - Festival de Canto Lírico” – Apoio financeiro Setúbal Voz

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 1007/2023 – Proposta n.º 133/2023 – DCDJ/DICUL – Teatro de Animação de Setúbal - Apoio financeiro extraordinário

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 1008/2023 – Proposta n.º 134/2023 – DCDJ/DISOC – Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas 2023 – Apoio financeiro

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 1009/2023 – Proposta n.º 135/2023 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2023

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 77.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que propunha que votassem em conjunto desde a deliberação n.º 1010/2023 e a deliberação n.º 1018/2023, uma vez que iriam ter o mesmo sentido de voto sobre as mesmas e nada tinham a dizer.

Sr. Presidente – Questionou os senhores Vereadores do Partido Socialista se nada tinham a opor.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que nada tinham nada a opor.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Propôs que a deliberação n.º 1011/2023 fosse apresentada, porque existia uma correção na proposta. Relativamente à deliberação “*A mesma deve ficar condicionada ao parecer da APA relativo à sujeição do projeto da avaliação de impacte ambiental*”. Disse que se tratava de uma alteração à redação que posteriormente seria enviada aos serviços. Propunha-se a aprovação do projeto condicionada ao parecer da APA relativo à sujeição do procedimento de avaliação de impacte ambiental.

Sr. Presidente – Disse que todos estariam de acordo em saudar a iniciativa da “Navigator” pelo investimento, contribuindo para a redução do impacto das alterações climáticas no nosso território, na nossa região e no nosso país. Cobia-lhes salientar aqueles aspetos e a senhora vereadora entendera mesmo assim apresentar a proposta que valera a pena todos conhecerem o que estaria em causa.

De imediato propôs à votação as deliberações n.º 1010/2023 ao n.º 1018/2023, as quais foram aprovadas por unanimidade.

25. Deliberação n.º 1010/2023 – Proposta n.º 266/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de armazém - Processo n.º 27/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

26. Deliberação n.º 1011/2023 – Proposta n.º 267/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de conjunto industrial - Processo n.º 144/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

27. Deliberação n.º 1012/2023 – Proposta n.º 268/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para realização de obras de alteração destinadas a instalação de abrigo para animais errantes - Processo n.º 266/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

28. Deliberação n.º 1013/2023 – Proposta n.º 269/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para obras de edificação - Processo n.º 371/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

29. Deliberação n.º 1014/2023 – Proposta n.º 270/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia, relativa á constituição de dois lotes para construção destinada ao uso habitacional - Processo n.º 46/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

30. Deliberação n.º 1015/2023 – Proposta n.º 271/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 643/18

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

31. Deliberação n.º 1016/2023 – Proposta n.º 272/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 402/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

32. Deliberação n.º 1017/2023 – Proposta n.º 273/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença alteração em edifício habitacional - Processo n.º 121/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

33. Deliberação n.º 1018/2023 – Proposta n.º 274/2023 – DURB/GAPRU – Indeferimento de pedido de ocupação da via pública - Processo n.º 198/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 24.

34. Deliberação n.º 1019/2023 – Proposta n.º 275/2023 – DURB/DIMOT – Projeto de Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Interface de Transportes de Setúbal

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 87 a 89.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que da leitura daquela proposta de regulamento não lhes era suscitada particulares questões, mas havia alguns ajustamentos que seriam convenientes fazer. O ponto 3, do artigo 3.º previa que a gestão do interface poderia ser atribuída pela Câmara Municipal de Setúbal a outra entidade por ela designada para o efeito. Considerando essa possibilidade, da forma como estavam redigidos os artigos 5.º, 6.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e vários outros, careciam de uma esclarecimento, porque mencionavam a Câmara Municipal de Setúbal, deveriam mencionar a entidade gestora.

A título de exemplo, no n.º 2 do artigo 11.º referia “*Em caso de atrasos superiores a 15 minutos, os operadores de transportes obrigam-se a informar a Câmara Municipal desse atraso, de modo que esta possa promover a respetiva informação ao público*”. Se a Câmara tivesse cedido a gestão não lhe serviria de nada aquela informação, a mesma teria que ser remetida à entidade gestora, pelo que sugeriam essa alteração na redação de diversas cláusulas do regulamento.

Sr. Vereadora Rita Carvalho – Disse que era uma sugestão que fazia sentido, no entanto, como iria ser sujeito a consulta pública, no fim da consulta pública seria feita aquela adequação.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o PSD iria analisar aquele regulamento e iria fazer as propostas que entendesse necessárias para o seu melhoramento e saudou que o mesmo

fosse levado a discussão, apesar da inauguração do interface ter sido feito ainda no mandato anterior.

Sr. Presidente – Disse que a sua preocupação maior era que aquele interface funcionasse bem e que atingisse os objetivos para que tinha sido criado, servir as populações e aqueles que os visitavam e era para isso trabalhavam diariamente. Tratava-se de processos morosos, mas que tinham de cumprir para que tudo funcionasse conforme o quadro legal a que estavam sujeitos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Maiara – Disse viver em Setúbal há 4 anos com um filho de 10 anos, numa habitação sem conforto, com muitos ratos e muitas baratas e consoante as suas condições monetárias não poderiam ir para uma nova casa.

Disse que se candidatou no início do ano a uma habitação camarária, tendo solicitado ao senhor Presidente e ao restante executivo que fosse verificar a sua realidade, porque a casa onde habitava só tinha um quarto para duas pessoas.

Sr. Presidente – Questionou a munícipe se já se tinha inscrito na habitação.

Sra. Maiara – Disse que já se tinha inscrito, tendo sido acompanhada pela senhora Paula Soares, que tinha sido muito atenciosa, no entanto, precisava de ir mais avante, mostrando as suas necessidades e por essa razão tinha-se apresentado naquela reunião de Câmara.

Sr. Presidente – Disse estar muito difícil a questão das casas, porque não tinham casas suficientes para distribuir. Disse existir uma lista e, conforme tinha casas vagas, as pessoas que estavam com prioridade iam ocupando essas mesmas casas. Uma vez que a senhora estava inscrita na referida lista, certamente que teria direito à casa.

Disse investirem na construção de novas casas, sendo um processo que levaria algum tempo.

Sra. Maiara – Disse que sabia que as coisas não aconteceriam de um dia para o outro, mas tinha fé de que as coisas poderiam mudar. Agradeceu a atenção prestada e a disponibilidade por poder participar naquela reunião de Câmara.

Sr. Presidente – Disse que deveria esperar, para que pudesse atingir o seu objetivo. Agradeceu a presença da senhora Maiara.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e trinta e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 6 de dezembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 37 folhas numeradas.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio